

CAPÍTULO 2

Alguns vetores e tensões das disputas “antigênero” no cenário internacional e brasileiro

Fabíola Rohden

Este capítulo tem o objetivo de discutir como as dimensões de gênero e sexualidade têm se conformado em um idioma político cada vez mais importante nas últimas décadas, tendo como ponto de partida os ataques à igualdade de gênero, à diversidade sexual e aos direitos sexuais e reprodutivos e articulados em torno da promoção da categoria “ideologia de gênero”. Entender melhor esse processo, tendo apoio em estudos que têm analisado este fenômeno em diferentes países, pode nos ajudar a propor questões para discutir o cenário brasileiro. Não se trata aqui de fazer um processo de revisão da literatura, mas apenas de articu-

lar alguns eixos de análise que permitem a elaboração de certos questionamentos.¹

Se, de um lado, assistimos a um processo de consolidação da agenda dos direitos feministas e da diversidade sexual nas últimas décadas em vários países, de outro, temos sofrido com ataques veementes às tentativas de implementação dessa agenda ou mesmo de debates em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e da produção de conhecimento no campo do gênero e da sexualidade. A percepção das reações violentas em torno dessas disputas revela que, obviamente, não estamos diante de uma batalha meramente “ideológica”, moral, restrita àquilo que insistentemente tem sido citado como do âmbito privado ou da família, mas sim diante de enfrentamentos políticos, econômicos, transnacionais bem mais amplos. Em certo sentido, se analisamos os processos biopolíticos associados à constituição nas nações e às disputas econômicas dos últimos séculos (envolvendo a necessidade de mais força de trabalho, por exemplo), as dimensões do gênero, da sexualidade e da reprodução sempre estiveram no centro dos enfrentamentos. Outro ponto importante é o fato de que a conquista de direitos ou mesmo de posições um pouco mais igualitárias, não raras vezes, tem provocado fortes reações que, na verdade, estão articuladas a transformações de ordem variada. A questão a ser destacada é que os incômodos com situações de crises

1. Para um mapeamento abrangente das políticas antigênero e acompanhamento das ações e estratégias de resistência, especialmente na América Latina, mas também em outros contextos, o trabalho desenvolvido pela Sexuality Policy Watch tem sido fundamental. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

econômicas graves, por exemplo, passam a ser traduzidos enfaticamente em termos de ameaças ligadas às relações de gênero e à criação de um “outro” ou um inimigo comum associado às posições mais igualitárias. Esse é o argumento de Faludi (1991), ao descrever o processo de *backlash* ocorrido nos Estados Unidos a partir da década de 1980 contra avanços feministas. A autora argumenta que, na verdade, os avanços não foram tantos, mas traziam a ameaça de se consolidarem. O discurso antifeminista disseminado nesse período tentava enquadrar as demandas das mulheres como exclusivamente privadas, pessoais ou ideológicas, desqualificando o caráter político mais abrangente do movimento. Segundo Faludi (1991), isso teria contribuído muito na eleição de governos conservadores (Reagan 1981-89 e Bush 1989-93) e no processo de diminuição de programas sociais.

Um dos pilares dessa reação está associado à produção da ideia de uma masculinidade em crise, entendida para os homens norte-americanos como ancorada nas dificuldades relacionadas ao trabalho e a ser um bom provedor para a família. Não é por acaso que esta ideia de crise, que acompanha o *backlash* de 1980, ocorre na esteira de um período de recessão econômica, no qual as mulheres, em geral em empregos mal pagos e indesejados pelos homens, passaram a trabalhar mais fora de casa para “ajudar” na sobrevivência de suas famílias. Os dados compilados por Faludi (1991) mostram que foram sobretudo os homens mais pobres, que estavam passando por períodos de insegurança financeira, que engrossaram a multidão antifeminista, embora o *backlash* não tenha se originado aí. Esses

homens foram apenas sensíveis a esse tipo de leitura, a qual aderiram e disseminaram. Para a autora, no período de forte recessão econômica da década de 1980, foi necessário adotar um bode expiatório conveniente o suficiente para estabelecer figuras conservadoras no poder. E o feminismo foi desenhado como este inimigo bastante conveniente face ao frágil modelo de masculinidade norte-americano.

No caso do Brasil, leituras perspicazes do panorama recente também têm apontado para a produção de um “outro” a ser responsabilizado por crises que têm enraizamentos bastante complexos e profundos. Lavinias e Gonçalves (2018) sustentam que, no Brasil, os discursos da extrema direita operaram por meio das chaves nacionalista, chauvinista e das classificações étnico-raciais para reenquadrar as tensões sociais existentes:

Nesse sentido, as desigualdades produzidas na sociedade brasileira por anos de expansão pró-mercado são traduzidas em termos de culpabilização do outro. A extrema direita captura a insegurança das classes médias e constrói artificialmente inimigos para responsabilizá-los pelo estado social existente: a esquerda, a mulher, o homossexual, os negros e todos aqueles que ascenderam a um lugar social e político que lhes era até então inacessível. Em sintonia com a supressão de políticas igualitárias, a extrema-direita defende a exclusividade e posição privilegiada daqueles que foram socialmente rebaixados por meio da supressão do outro. Nesse contexto, a dimensão cultural conservadora

desempenha papel fundamental por meio do discurso de que os valores tradicionais da classe média são ameaçados pela diferença.

Esse cenário exige que tratemos das ameaças à igualdade de gênero e ao respeito à diversidade sexual de forma articulada a processos mais amplos. É nessa linha que Sonia Corrêa (2018a, 2018b) tem produzido análises fundamentais para entendermos o que define como reações às transformações na ordem de gênero e sexualidade na reconstrução democrática no Brasil. A autora situa essas reações no contexto de tendências estruturais mais gerais, como: os padrões de desigualdade e de violência estrutural que permaneceram sem solução após três décadas de consolidação democrática e uma associada percepção de “desordem”; a cultura de corrupção política; o crescimento e sedimentação do dogmatismo moral religioso; as taxas de crescimento econômico baixas e não sustentáveis desde os anos 1980 e, mais especialmente, a recessão pós 2014, acentuada em 2016, que impulsionou o deslocamento das classes médias para a direita; as frustrações de amplos setores da sociedade com o Partido dos Trabalhadores; a propaganda política antipetista, especialmente na campanha de Bolsonaro em 2018; a neoliberalização global da economia e dos modos de vida; uma restauração conservadora, pelo menos desde meados da década de 2000, no âmbito dos debates legais e das políticas públicas referentes ao direito ao aborto e aos direitos sexuais. Considerando essa percepção mais ampla, se de um lado é preciso recorrer a estes fatores estruturais para entender as lutas antigênero, por outro, também é pre-

ciso ir mais a fundo no papel dessas lutas em transformações e disputas mais gerais. Conforme Corrêa (2018b, p. 4-5),

para compreender totalmente a gradual, mas firme guinada para a direita da política brasileira, não é possível mais desconsiderar transformações que tiveram lugar nas ordens de gênero e sexualidade no decorrer da reconstrução democrática e na contramão das camadas entrincheiradas de desigualdade e conservadorismo [...] que, como bem sabemos, devem ser pensadas em suas interseções com o racismo. Essas transformações são mensuráveis através de indicadores sócio-demográficos – tais como, níveis de educação feminina e participação no trabalho, declínio da fecundidade e mudanças profundas nas estruturas familiares –, mas também no âmbito jurídico e legal e, sobretudo, de novos modos e expressões de estar no mundo da vida.

Este processo, definido pela autora como “desdemocratização”, tem apresentado características particulares no Brasil, se considerarmos as múltiplas conexões possíveis entre neoliberalismo e conservadorismo moral e social. Para Corrêa (2018b, p. 9),

as formações religiosas e seculares de caráter ecumênico e as estratégias adaptáveis pelas quais a cruzada anti-gênero está sendo implementada criam, de fato, condições favoráveis para que as racionalidades conservadoras e neoliberais se imbriquem, se fertilizem mutua-

mente e capturem de maneira mais eficaz corações e mentes. Ainda que tentativamente, ousou dizer que esse é exatamente o caso do Brasil.

É necessário, portanto, analisar as complexidades desse processo por meio das contingências particulares que têm se colocado mais recentemente no contexto brasileiro, sem deixarmos de tentar integrar um panorama mais amplo à reflexão. Por exemplo, se de um lado fica evidente que as campanhas antigênero são transnacionais, de outro, é necessário entender as coalizões locais (Corrêa; Paternotte; Kuhar, 2018). A cruzada antigênero não tem se produzido da mesma forma, com os mesmos aliados ou enfoques em diferentes lugares, já que está profundamente imbricada com dimensões de classe, raça/etnia, geopolítica, economia etc. Além disso, é importante ressaltar que termos como “ideologia de gênero” têm funcionado bem exatamente porque, na medida em que são pouco definidos, facilitam as estratégias de aglutinação de diferentes conteúdos e posições em torno de valores genéricos comuns que vão sendo condensados nos embates cotidianos e ajudando a promover a ideia de que há um “outro”, expressão de uma diferença radical, a ser combatido. Porém, isso não quer dizer, de forma alguma, que essas campanhas tenham surgido espontaneamente. Ao contrário, têm uma origem comum nos esforços da Igreja Católica desde meados de 1990 e se atualizam, no Brasil, por meio de conexões com certos setores do largo universo pentecostal e também conservador.

A seguir, recorro ao apoio de trabalhos que delineiam este cenário em alguns contextos internacionais distintos,

que permitem a identificação de certos traços em comum e articulados. Na sequência, proponho refletirmos sobre a situação brasileira por meio de três eixos: as disputas entre os direitos sexuais e reprodutivos e o campo religioso, a força de gênero-sexualidade-reprodução como idioma político e o apelo ao cientificismo por parte de alguns atores religiosos.

A produção de um discurso “antigênero”

Um movimento necessário aqui é problematizar o surgimento da categoria ideologia de gênero (Bracke; Paternotte, 2016; Corrêa, 2018a; Vigoya; Rondón, 2017). Cornejo-Valle e Pichardo (2017) trazem argumentos interessantes, tendo como ponto de partida o cenário da Espanha e das reações às conquistas em prol dos direitos das mulheres e da diversidade sexual nas últimas décadas. Argumentam que a especificidade das elaborações sobre a ideologia de gênero não seria seu conteúdo conservador, mas sim os novos contextos de embates políticos, associados aos avanços conquistados. Além disso, propõem que a expressão ideologia de gênero constitui um conceito em torno do qual se articula um movimento transnacional (em contraste com movimentos semelhantes anteriores, de caráter local), organizado por partidos e *lobbies* conservadores e capitaneado pela Igreja Católica, contra direitos reprodutivos e sexuais, igualdade de direitos entre homens e mulheres e da população LGBT. Em termos sintéticos, para os autores, este movimento se concentra nas ideias de que igualdade entre homens e mulheres seria uma aberração antinatural e de que a população LGBT seria

um perigo à continuidade da humanidade. A linguagem da medicina é usada para justificar essas ideias e subverter os termos utilizados em políticas públicas progressistas. A utilização do termo ideologia, em particular, busca atribuir um caráter ilusório à categoria gênero enquanto construção social. Procura-se, assim, retirar do conceito de gênero suas conotações positivas (como a luta por igualdade entre homens e mulheres como valor), impondo-lhe conotações negativas, por meio de sua associação com o conceito de ideologia (no sentido de falsidade). Essa “estratégia semântica” é acompanhada pela promoção de um pânico moral frente aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos.

Em sintonia com muitos outros trabalhos que se propõem a mapear as origens do termo e das estratégias políticas subjacentes, Cornejo-Valle e Pichardo (2017) reconhecem os primeiros movimentos a partir das Conferências Internacionais das Nações Unidas, no Cairo, em 1994, e em Beijing, em 1995. No Cairo, registrou-se uma forte oposição de grupos católicos e muçulmanos contra acordos internacionais relacionados à família, por meio da recusa em aceitar conceitos como gênero e famílias no plural nos textos finais da conferência. Em Beijing, a Santa Sé promoveu um discurso sobre direitos humanos contrário aos conceitos e marcos-chave da agenda feminista; porém se posicionando como defensora dos direitos das mulheres, de maneira a apresentar as ativistas como radicais e pouco representativas dos anseios da população.

Para os autores, confirmando uma interpretação que é mais geral, essas ações não tiveram o êxito pretendido, fazem-

do que o Vaticano colocasse em ação um conjunto de ações mais planificadas e internacionais, apoiadas na investigação do feminismo crítico e na difusão da interpretação católica dos direitos humanos contra perspectivas feministas e marxistas, que seriam sintetizadas na expressão “ideologia de gênero”. Nesse primeiro corpo de literatura confessional foram definidas as questões-chave para a ação política a ser empreendida: são propostas as coordenadas pelas quais se definem os agravos contra a humanidade; apresenta-se os atores das disputas em curso; identifica-se o católico com o humano, o natural e o divino; os movimentos antagônicos são classificados como mentirosos, confusos e interessados; promove-se a diluição dos significados dos conceitos-chave do campo político antagônico; divulgam-se ameaças apocalípticas; e justificam-se ações homofóbicas e misóginas, interpretadas como um martírio por meio de uma elaboração conceitual da objeção de consciência (Cornejo-Valle; Pichardo, 2017).

Kuhar e Zobec (2017) também situam a emergência da noção de *gender theory* em torno das conferências de Cairo e Beijing e da atuação do Vaticano. Na sequência, destaca-se a promoção, amparada pelo Vaticano, de certos atores, como Dale O’Leary, Tony Anatrella e Gabriele Kuby, articulados em torno da ideia de que o gênero destruiria a masculinidade e a feminilidade e, como consequência, acabaria com a família. Estudando o contexto europeu, afirmam que o termo teoria (ou ideologia) de gênero passou a receber maior atenção em 2012 e 2013, particularmente nos protestos *Manif pour tous* na França, em torno da oposição ao casamento homossexual, aprovado em lei de 2013. De for-

ma semelhante, a resistência contra o casamento igualitário aconteceu na Espanha, em 2005, e na Itália, em 2007, no movimento “dia da família” – que depois se ampliou para os protestos antigênero. A Eslovênia vivenciou esses protestos em 2010, mesmo período de manifestações contra a educação sexual na Croácia. Na Polônia, a “ideologia de gênero” emergiu em torno das deliberações sobre violência de gênero. Na Eslováquia, o gênero apareceu como uma das palavras-chave durante o referendo de 2015 que discutia a redefinição da família e os direitos de casais do mesmo sexo.

Segundo os autores, torna-se comum nesses movimentos a ideia de que existiria um *corpus* científico coeso chamado de “teoria de gênero”, sinônimo para uma espécie de teoria conspiratória, no contexto de uma “revolução cultural” em que os fatos biológicos sobre homens e mulheres seriam negados ou subsumidos à fluidez do gênero. Seria um projeto de engenharia social, no qual os homens não seriam mais masculinos e tampouco as mulheres femininas, cada um/uma podendo escolher o seu sexo e orientação sexual, mesmo várias vezes em um único dia. Alguns intelectuais, como Tony Anatrella, afirmam ainda que a *gender theory* é uma ideologia da nova esquerda, que sucedeu a ideologia marxista. A batalha não seria mais entre burguesia e proletariado, mas entre homens e mulheres. Assim, a ideologia de gênero seria um “projeto neocolonial”, no qual o “ocidente decadente” tentaria impor a sua desilusão de gênero sobre o resto do mundo. O gênero é apresentado como um produto das elites corruptas, que estariam produzindo tais ideias

em universidades e em políticas transnacionais, associadas a feministas, ativistas etc. (Kuhar; Zobec, 2017).

Kuhar e Zobec (2017) fazem ainda referência ao fato de que os protestos contra a igualdade de gênero e diversidade sexual emergiram durante uma crise econômica na Europa. Isso ajudou a fortalecer a ideia de que existiria um *gap* entre as elites e as pessoas comuns. O movimento torna-se bem-sucedido na medida em que ele apela para “o futuro das famílias” e particularmente “das crianças inocentes”, que estão no centro dos discursos antigênero, baseados em uma “política do medo”, além de representar uma volta ao passado e prometer um “futuro melhor” (Kuhar; Zobec, 2017, p. 36).

No cerne desse movimento, encontra-se a união de diferentes atores que se pretendem defensores das crianças, das famílias e da nação, centrados no ataque ao que chamam de elites corruptas que, por meio da teoria de gênero, estariam construindo uma nova ideologia totalitária que buscaria destruir a masculinidade e a feminilidade, contra as bases naturais da família e, como consequência, da nação. Compartilham assim a ideia de que a teoria de gênero ataca a natureza (argumentos religiosos), a nação (argumentos nacionalistas) e a normalidade (argumentos conservadores). Dessa forma, para Kuhar e Zobec (2017), a ideologia de gênero unifica, de certa forma, diferentes atores em prol de um ideal maior. O movimento apresenta-se como moderno e jovem e tenta, em algumas situações, até mesmo apagar as conexões religiosas e criar uma imagem secular, que não pudesse ser dissociada do conservadorismo.

Os autores ainda destacam como a produção do conhecimento é um dos principais alvos do movimento antigênero. Na Polônia, assim como na França, os departamentos de gênero e estudos de gênero têm sido denunciados por seu suposto caráter “não científico”. Considera-se que os estudos de gênero são “ideológicos” e estão em conflito com fundamentos biológicos inquestionáveis, tal como as diferenças do cérebro masculino e feminino. Na mesma linha, outro alvo central desse movimento na Europa têm sido as escolas públicas. Diferentes tipos de ação são organizados para resistir ao ensino de igualdade de gênero nas escolas, especialmente por parte de “pais preocupados” que pressionam as autoridades e as/os professoras/es para que este assunto não seja abordado. Kuhar e Zobec (2017) também indicam, a partir da investigação feita acerca dessas campanhas antigênero na Europa, que três tipos de resistência atingem as escolas públicas: protestos contra a educação sexual, contra livros que “promovem” a ideologia de gênero e movimentos para manter as crianças em casa.

Considerando o contexto latino-americano, surgem também importantes constatações. Ao estudar o debate sobre a ideologia de gênero na Colômbia, Amaya (2017) resalta que esta noção tem sido usada como estratégia política, como recurso retórico e expressivo e como resistência a mudanças nas relações de gênero e sexualidade. Contudo, seria necessário compreendê-la também como facilitadora da emergência de novos sujeitos políticos, assim como da revitalização de setores já consolidados politicamente. A categoria possibilitou, dessa forma, a articulação de setores

sociais distintos em um momento de grande tensão e reestruturação da sociedade colombiana, no qual se negociava um novo pacto social. Apoiado em Grzebalska, Kováts e Peto (2017), sustenta a necessidade de entender o papel da ideologia de gênero nas sociedades contemporâneas como expressão de mudanças sociopolíticas e econômicas mais amplas. Nesse sentido, não seria simplesmente uma consequência direta do crescimento do fundamentalismo religioso ou extremismo político, mas parte de ajustes estruturais de maior alcance originados nas falhas do sistema econômico e político atual (Amaya, 2017, p. 162).

A partir do contexto argentino,² Vaggione (2017) traz elementos interessantes para pensarmos especialmente acerca desta dimensão das fronteiras com o campo religioso. O autor argumenta que a expansão das fronteiras da cidadania sexual impulsionada pelos movimentos feministas e pela diversidade sexual deu lugar, de forma aparentemente paradoxal, à configuração de uma “cidadania religiosa”, associada à promoção de um “secularismo estratégico”. Esses dois conceitos têm o propósito de tentar captar as articulações políticas do campo religioso resultantes do impacto dos movimentos feministas e de diversidade sexual nas democracias contemporâneas. Implicam aspectos legais, individuais-identitários e normativos, na direção de impor as normas e a posição católicas no espaço público. Para o autor, este movimento pode ser reconhecido já no discurso do papa Bento XVI, em abril de 2008, proferido

2. Ver também o trabalho de Pecheny, Jones e Ariza (2016) sobre a presença dos atores religiosos no campo da política sexual na Argentina.

nas Nações Unidas, no qual reiterava que os direitos associados à religião necessitavam de proteção frente à ameaça do secularismo nas sociedades contemporâneas. Vaggione (2017) associa este posicionamento ao impacto dos movimentos feministas e de diversidade sexual em termos de uma articulação ampla, para além da própria Igreja Católica, e que rompe fronteiras nacionais:

Tanto nas arenas transnacionais como nas nacionais a Igreja Católica e os setores aliados instrumentam estratégias e circulam argumentações em defesa das crenças religiosas como forma de resistir ao processo de sexualização da cidadania (Vaggione, 2017, p. 3, tradução minha).

De acordo com o autor, a Igreja Católica tem atuado por meio de duas estratégias ou focos fundamentais, expressos no que denomina de “cultura de morte” e de “ideologia de gênero”. O primeiro foco se concentra na condenação do que seria uma mentalidade anticonceptiva, que subverteria os principais valores atribuídos à família, ao sexo marital ou, ainda, à complementaridade entre homens e mulheres, tendo no combate especialmente ao aborto (mas também à eutanásia) bandeiras fundamentais. Além disso, a Igreja apela ao direito natural para reforçar o discurso em torno da moral social pelos direitos humanos, o que tem produzido efeitos de caráter mais amplo. Segundo Vaggione (2017), o uso dos direitos humanos como estratégia da Igreja transnacionalizou o ativismo católico conservador, promovendo a ideia de construção da “nação católica” como uma comunidade.

Quanto ao segundo foco, o autor enfatiza como a ideologia de gênero, enquanto algo a ser combatido, tem sido amplamente difundida especialmente por meio de congressos nacionais e internacionais sobre a família. O discurso central tem sido o reforço da complementaridade entre homem e mulher e a “identidade sexual” como algo indiscutível, na medida em que é tomada como condição objetiva fundamental para formar um par no matrimônio.

Por meio desses dois focos, a cidadania religiosa tem se expandido, e uma de suas facetas importantes tem sido a participação na tomada das decisões públicas em instituições políticas instituídas. Para Vaggione (2017), a Igreja Católica tem sido bem-sucedida ao propor fundir o crente e o cidadão na defesa do bem comum, apelando para a valorização ampla de uma “consciência cristã”. Nessa direção, os católicos teriam não só o direito, mas o dever de participar do debate público, especialmente nas disputas com os movimentos feministas e de diversidade sexual. No caso da Argentina, essa mobilização das crenças religiosas tem se dado de três formas: pela convocação dos fiéis laicos como parte da sociedade civil a mobilizar-se em defesa da “cultura de vida”; pela criação de laços com governantes, legisladores e juízes para defender a moral sexual católica e evitar a vigência dos direitos sexuais e reprodutivos; e pela incitação aos intelectuais e acadêmicos para defender a moral católica. O autor conclui que a “Igreja Católica longe de renunciar a vigilância sobre o corpo sexuado, sofisticou suas estratégias propondo novas formas de imbricação entre o cidadão e o crente que se manifestam nas identidades, nas práticas e no

reconhecimento dos direitos” (Vaggione, 2017, p. 31, tradução minha). Essas constatações nos ajudam a refletir também sobre o contexto brasileiro.

Gênero, sexualidade, cientificismo e liberdade religiosa

Gostaria de argumentar, com base na literatura do campo, que no Brasil também temos assistido à conformação de um certo discurso genérico e aglutinador, em que termos como bem comum, valorização da vida e da família, da natureza e da normalidade têm tomado um papel central (Carraira, 2015; Carvalho; Sívori, 2017; Corrêa, 2018a, 2018b). Além disso, também se recorre com frequência a um certo tipo de cientificismo, no qual argumentos supostamente científicos são acionados para justificar as posições conservadoras. Certamente, é fundamental que estudos considerem as especificidades de cada situação, atentando, por exemplo, para as diversas posições que compõem o cenário religioso no Brasil, desde as mais comprometidas com os direitos humanos até as mais restritivamente conservadoras e violentas. Mas estou mais preocupada em propor eixos de reflexão que incidam sobre certos atravessamentos, sobre posições ou estratégias que vão se tornando mais comuns.

Um exemplo pertinente para perceber alguns desses atravessamentos foram os posicionamentos de certos representantes religiosos na audiência pública referente à descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, ocorrida nos dias 3 e 6 de agosto de 2018 no Supremo Tribu-

nal Federal, em Brasília.³ A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSol), e a audiência teve a participação de mais de quarenta representantes dos diversos setores envolvidos na questão, entre especialistas, instituições e organizações nacionais e internacionais. Sem entrar em detalhes a respeito da audiência, que merece uma análise própria, como as já feitas para outros eventos associados (Luna, 2018; Luna; Owsiany, 2019), apenas chamo a atenção aqui para o fato de que alguns religiosos centraram seus discursos exatamente na promoção de ideias genéricas e vagas de valorização da vida, ao mesmo tempo que traziam à tona a manipulação de dados supostamente científicos para referendar suas posições.

Ou seja, ao invés de apontarem as implicações da descriminalização do aborto tendo como referência as especificidades de suas posições enquanto lideranças ou representantes religiosos, optaram pela retórica da associação com o cientificismo. Douglas Roberto Batista, representando a Convenção das Assembleias de Deus, por exemplo, privilegiou o uso de dados estatísticos a favor de seu argumento. Afirmou que o aborto estaria em desacordo com a moral dos brasileiros, já que 85% destes declaram ter fé cristã. Nesse caso, obviamente, não se pondera as imensas diferenças entre as posições daquelas e daqueles que se autodeclaram como cristãs e cristãos, promovendo a ideia de que haveria uma única posição comum. Ao mesmo tempo, Batista acio-

3. A íntegra dos discursos está disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscrioInterrupovoluntriadagravidez.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

na o argumento de que as pessoas favoráveis à descriminalização estariam “plenas de viés ideológico-partidário” (STF, 2018, p. 330-339).

Já o representante da Convenção Batista Brasileira, Lourenço Stélio Rega, apoiou-se no que seriam referências da genética acerca da vida embrionária, afirmando, por exemplo, que “a vontade da gestante ou de quem quer que seja não pode desconsiderar que um ser outro tem a sua própria identificação genética, que permanecerá até o restante e o final da sua vida. Portanto, embrião é singular em sua própria identidade” (STF, 2018, p. 347). Reforça, assim, por meio do apelo a conceitos absolutamente deslocados e inconsistentes (como a ideia de “identificação genética”), a valorização de uma suposta singularidade genética (como se independente da viabilidade da vida) em detrimento total da vida e saúde das mulheres.

O representante da Igreja Católica (CNBB), Dom Ricardo Hoerpes, escolhe iniciar a sua apresentação no que parece ser um movimento, ao lado de outros representantes e correntes religiosas, de adesão “aos dados da ciência” como primeiro argumento contra a descriminalização do aborto (STF, 2018, p. 303): “Infelizmente, querem nos desqualificar como fanáticos e fundamentalistas religiosos, que impõem ao Estado laico uma visão religiosa. Onde está o fundamentalismo religioso em aderir aos dados da ciência que comprovam o início da vida desde a concepção?” Não custa lembrar que a chamada doutrina católica da hominização imediata data somente de 1869 (Rosado-Nunes, 2012) e está atrelada a guerras e movimentos políticos importantes envolvendo o Vaticano e a França, que estaria enfrentando uma crise de

natalidade. Além disso, a Igreja Católica, em suas representações e atuações locais, tem mudado bastante as suas posições, inclusive acerca dos direitos humanos.⁴

Esses exemplos, tomados aqui como pistas relevantes, servem para ilustrar o que me parece ser um movimento mais comum de reivindicação de cientificismo e declaração do “outro” ou das posições contrastantes como “ideológicas”. Configura-se assim esta suposta cisão entre científico e ideológico, com estes representantes de grandes igrejas no Brasil fazendo questão de se associarem, neste caso, ao que seria científico. Vale lembrar ainda que esse movimento também poderia ser enquadrado naquilo que Vaggione (2017) tem chamado de secularismo estratégico, usado pela Igreja Católica para angariar mais espaço no cenário político contemporâneo.

Casos como esse exigem o aprofundamento de nossas reflexões acerca do atual panorama de disputas em torno dos direitos humanos no Brasil. Proponho aqui três eixos de discussão articulados que podem ser úteis para contextualizar este cenário. O primeiro deles se refere ao fato de que refletem a disputa acerca da preeminência da cidadania se-

4. No que se refere ao campo católico, Steil e Toniol (2012, p. 77) apresentam um valioso panorama analítico acerca da trajetória da Igreja Católica no Brasil referente aos direitos humanos: “Se no período da ditadura militar, a Igreja Católica esteve ao lado dos movimentos sociais de contestação ao regime militar na denúncia à tortura de presos políticos e às causas estruturais da pobreza, no contexto democrático, sua posição se define contra os movimentos que representam as posições a favor da descriminalização do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Na medida em que as causas defendidas por estes novos movimentos passam a ser inscritas como Direitos Humanos, o uso da linguagem dos Direitos Humanos no discurso dos católicos entra em conflito com as orientações morais da instituição”.

xual (e reprodutiva) e da cidadania religiosa, nos termos de Vaggione (2017). Os argumentos elencados pelos representantes religiosos incidem exatamente nesta cisão, tentando promover a ideia de que a liberdade religiosa (ancorada na genérica declaração de fé no cristianismo que aparece nas estatísticas) deveria suplantiar a liberdade sexual e reprodutiva. Nessa hierarquia, os valores religiosos (muitas vezes escamoteados em ideias como bem comum ou argumentos pseudocientíficos) deveriam estar acima dos valores atrelados aos direitos humanos, como a saúde sexual e reprodutiva, a diversidade de gênero, entre outros. A chave do bem comum ou da valorização da vida (que na verdade restringe quem tem direito a que tipo de vida conforme dogmas religiosos) vai sendo apresentada como o discurso adequado a prevalecer no espaço público, quando na verdade traduz escolhas de fé individuais. Temos assim um cenário complexo no qual os direitos sexuais e reprodutivos vão sendo rotulados como posições privadas, individuais, exclusivas que poucas minorias tentariam impingir a uma sociedade que seria majoritariamente distinta e comungaria de outros valores, esses sim comuns a todos. Essa inversão do estatuto da igualdade de gênero e direito à diversidade como algo “menor” face aos valores religiosos precisa ser entendida como um movimento estratégico que tem sustentado muitas posições nos enquadramentos institucionais e cotidianos.

Articuladas a isso certamente estão as disputas em torno do Estado laico, da distinção entre público e privado e do estatuto dos direitos sexuais e da liberdade religiosa, que podem ser observadas em várias dimensões e temáti-

cas (Sales; Cyfer, 2019; Sales; Mariano, 2019). A igualdade de gênero, a diversidade sexual e os direitos sexuais e reprodutivos, nesse contexto, ainda precisam ser fortemente defendidos e concebidos como direitos humanos fundamentais. Sendo assim, cabe nos perguntarmos onde começa e onde termina, do ponto de vista do respeito às liberdades constitucionais, o direito à igualdade entre seres humanos face aos discursos proselitistas, especialmente por parte de certas lideranças que estão diretamente envolvidas no jogo político e na disputa por fiéis e eleitores, que tentam impor uma visão de mundo particular na arena dos direitos e da cidadania. Nesse sentido, é importante diferenciar entre as tentativas de imposição das normas e dogmas religiosos no espaço público, na medida em que de fato representam as crenças apenas de parte da população, dos esforços em tentar garantir e promover a dignidade e igualdade de todas as pessoas, por meio do respeito à cidadania de gênero, sexual e reprodutiva, concebida enquanto um princípio básico de valorização da diversidade humana e da própria vida.

O segundo eixo sugerido aqui se refere ao fato de que, como apontado no início do capítulo, as dimensões do gênero, da sexualidade e da reprodução cada vez mais têm se convertido em um idioma político fundamental. Se, por um lado, isso certamente é notório, por outro, é relevante adensar um pouco mais esse argumento. Em primeiro lugar, é bom lembrar que na prática tais dimensões sempre estiveram no centro das disputas políticas e econômicas que acompanharam processos de grande transformação social. Para citar algumas pistas bem mapeadas pela literatura, e em muito apoiadas

no trabalho de Foucault (1988) e na noção de biopolítica, isso é evidente em torno da Revolução Francesa, dos processos coloniais e do racismo associado, da constituição dos Estados nacionais, das grandes guerras etc. e pode ser visto também na história do Brasil (Bock, 1983; Carrara, 1996; Laqueur, 2001; Rohden, 2001, 2003; Stoler, 1995; Weeks, 1985). A produção de estratégias que associavam argumentos religiosos e cientificistas em nome da vida, do futuro, das crianças, da família, da sociedade, da nação e mesmo da espécie tem sido profícua e muitas vezes repetitiva. Uma constante certamente é a eleição de entes coletivos abstratos como alvos a serem defendidos à custa especialmente dos direitos das mulheres e associados à diversidade sexual e de gênero.

Além disso, é preciso mencionar que a centralidade do gênero e da sexualidade na política contemporânea tem assumido formas bastante singulares em cada contexto. A própria concepção de cidadania sexual e mesmo de democracia sexual, como importantes estudos têm mostrado, pode inclusive servir como forma de estabelecimento de novas fronteiras morais entre o desejável e aceito em países da Europa e Estados Unidos e aqueles que são concebidos como os “outros” indesejáveis (Fassin, 2011, 2016; Puar, 2007; Richardson, 2017; Sabsay, 2016; Scott, 2007). Trabalhos como os de Scott (2007), Puar (2007) e Fassin (2011, 2016) trazem contribuições importantes para entendermos como uma certa noção de democracia sexual pode estar no centro de novos processos políticos de exclusão que vêm sendo produzidos na França e Estados Unidos, sobretudo em relação aos muçulmanos. Em um contexto mais próximo, Vigoya (2017) e

Rondón (2017) ilustram como gênero e sexualidade têm sido usados nas disputas políticas recentes, ao mostrar que nos embates e articulações em prol do desarmamento da Colômbia, questões relativas a gênero e sexualidade foram alvo de negociações pautadas pela agenda conservadora.

Por fim, como um último eixo ou comentário, gostaria de salientar como tem sido recorrente nesses processos, mesmo quando o discurso conservador contra a igualdade de gênero e sexual é de fundo religioso, o apelo à ciência e a uma certa ideia de natureza. Para que o idioma conservador da preservação da vida, da família, da nação seja mais abrangente e acessível e até mesmo transnacional, é traduzido em suposições científicas que apelam para argumentos que são apresentados como “científicos”, mas que não encontram respaldo nos consensos científicos e éticos contemporâneos e atualizados. O mais comum é uma referência ao que seria natural ou normal, entidades totalmente abstratas e genéricas, que têm sobretudo a função de criar um ordenamento moral que impede qualquer discussão científica de fato. E onde, muitas vezes, identificamos a natureza como ente emanador de uma verdade última que apenas substitui a revelação divina. Como bem demonstrou Laqueur (2001) para o contexto das transformações ocorridas a partir do final do século XVIII na França, uma revolução epistemológica, associada a uma revolução política, promoveu a substituição da fundamentação divina pela fundamentação na natureza para justificar a manutenção das hierarquias sociais que estruturavam a sociedade francesa da época.

Em especial o discurso da Igreja Católica, que se amplifica em outros setores, opera uma espécie de recuperação

das leis de Deus via “leis da natureza”. Fundamenta seus argumentos apoiados no cientificismo e no secularismo estratégico afirmando que os direitos sexuais e reprodutivos seriam contra a natureza, defendendo ideias como a complementaridade entre sexos baseada em diferenças “naturais”, o casamento como exclusivamente sexual e com fins reprodutivos, a identidade de gênero e a sexualidade como unicamente embasadas no dimorfismo sexual. Tudo o que representaria um afastamento dessas concepções, em especial, aborto, contracepção, casamento entre pessoas do mesmo gênero e até mesmo educação sexual, passa a ser considerado como uma ameaça à família e à sociedade.

Por fim, gostaria de insistir que temos um longo trabalho coletivo de problematização e questionamento desses usos e referências à ciência. Sugiro que, assim como o termo ideologia de gênero representa uma entidade vazia e por isso aglutinadora, as menções genéricas à ciência, no singular e como entidade suprema, desprovidas de contexto e precisão e enquadradas em argumentos e constatações totalitárias e generalizantes – o que as ciências de fato, concretas e singulares não fazem – precisam ser insistentemente contestadas. Afinal de contas, estamos enfrentando, exatamente em razão dessas confusões de discursos e argumentos, um período em que é preciso distinguir e resgatar o valor da produção científica qualificada. Não é sem razão que um dos alvos dos ataques concentrados em torno da ideologia de gênero têm sido os estudos e grupos que têm se dedicado há décadas a construir uma reflexão sólida, cientificamente embasada e eticamente responsável.

Referências

AMAYA, José Fernando S. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 149-171, sept./dic. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2933/293355925008/293355925008.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BOCK, Gisela. Racism and sexism in Nazi Germany: motherhood, compulsory sterilization and the state. *Signs*, v. 8, n. 3, p. 400-421, 1983.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. Unpacking the sin of gender. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 143-154, 2016.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARRARA, Sérgio. *Tributo à Vênus*: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARVALHO, Marcos C.; SÍVORI, Horacio F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. 1-37, 2017.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La "ideología de género" frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. 1-32, 2017.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018a.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexuality Policy Watch*, 2018b. Disponível em: <https://sx-politics.org/ptbr/eleicoes-presidenciais-brasileiras-em-2018-a-catastrofe-perfeita/9008>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CORRÊA, Sonia; PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. A globalização das campanhas anti-gênero. *Sexuality Policy Watch*, 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-globalizacao-das-campanhas-anti-genero/8513>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FALUDI, Susan. *Backlash: the undeclared war against American women*. New York: Three Rivers Press, 1991.

FASSIN, Eric. A double-edged sword: sexual democracy, gender norms, and racialized rhetoric. In: BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth (org.). *The question of gender: Joan W. Scott's critical feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 2011. p. 143-158.

FASSIN, Eric. Same-sex marriage, nation and race: French political logics and rhetorics. In: RIAL, Carmen; SCHWADE, Elisete (org.). *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016. p. 85-107.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GRZEBALSKA, Weronika; KOVÁTS, Eszter; PETO, Andrea. Gender as symbolic glue: how 'gender' became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. *Political Critique*, 2017. Disponível em: <http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order>. Acesso em: 22 jan. 2021.

KUHAR, Roman; ZOBEC, Aleš. The anti-gender movement in Europe and the educational process in public schools. *CEPS Journal*, v. 7, n. 2, p. 29-46, 2017.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAVINAS, Lena; GONÇALVES, Guilherme L. Brasil 2018: direitização das classes médias e polarização social. *Le Monde Diplomatique*, 4 out. 2018. Disponível em: <https://diplomatique>.

org.br/brasil-2018-direitizacao-das-classes-medias-e-polarizacao-social. Acesso em: 22 jan. 2021.

LUNA, Naara. O julgamento no Supremo do aborto de anencéfalo - ADPF 54: uma etnografia da religião no espaço público. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 24, n. 52, p. 165-197, set./dez. 2018.

LUNA, Naara; OWSIANY, Laryssa. Aborto e luta por direitos humanos na ALERJ: religiosos e feministas em disputa. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 2019, v. 39, n. 2, p. 49-77, maio/ago. 2019.

PECHENY, Mario; JONES, Daniel; ARIZA, Lucía. Sexual politics and religious actors in Argentina. *Religion and Gender*, v. 6, n. 2, p. 205-225, 2016.

PUAR, Jasbir K. *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*. Durham, NC: Duke University Press Books, 2007.

RICHARDSON, Diane. Rethinking sexual citizenship. *Sociology*, v. 51, n. 2, p. 208-224, 2017.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde no Brasil).

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. (Coleção Antropologia e Saúde).

RONDÓN, Manuel Alejandro R. La ideología de género como exceso: pánico moral y decisión ética en la política colombiana. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 128-148, sept./dic. 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 23-31, abr./jun. 2012.

SABSAY, Leticia. From being sexual to having sexual rights. *Darkmatter*, n. 14, 2016.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 9-27, maio/ago. 2019.

SALES, Lilian; CYFER, Ingrid. Religião, gênero e esfera pública: uma introdução ao debate. *Pensata*, Guarulhos, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2019.

SCOTT, Joan W. *Politics of the veil*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. A trajetória dos Direitos Humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: OLIVEIRA, Pedro A. R.; MORI, Geraldo (org.). *Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 75-88.

STOLER, Ann Laura. *Race and the education of desire*: Foucault's "History of Sexuality" and the colonial order of things. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Audiência pública: interrupção voluntária da gravidez*. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscrioInterrupovoluntriadagravidez.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *CADERNOS Págu*, Campinas, n. 50, p. 1-35, 2017.

VIGOYA, Mara V.; RONDÓN, Manuel Alejandro R. Hacer y deshacer la ideología de género. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 118-127, sept./dic. 2017.

VIGOYA, Mara V. Intersecciones, periferias y heterotopías en las cartografías de la sexualidad. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 120-141, sept./dic. 2017.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its discontents*: meanings, myths and modern sexualities. London: Routledge & Keagan Paul, 1985.